

Veículo: Política Livre	
Data: 28/05/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Dispositivo pode cortar despesas de Estados

Foto: Divulgação



Redução de jornada e salários, suspensa desde 2002, reduziria gastos em R\$ 38,8 bi

Estados que hoje ultrapassam o **limite de gastos com pessoal** poderiam economizar até R\$ 38,8 bilhões com a redução da jornada de trabalho dos servidores à metade e o consequente corte de salários na mesma medida, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) dê sinal verde para o uso desse instrumento de ajuste. Suspenso desde 2002, após ser questionado por partidos e associações de servidores, esse dispositivo terá a validade julgada pela Corte no dia 6 de junho. O cálculo foi feito pelo Tesouro Nacional e consta de documento apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) a ministros do STF. No memorial, obtido pelo Estado, o governo federal estima uma economia de até R\$ 80,4 bilhões caso o instrumento fosse empregado por todos os Estados. Essa situação, no entanto, é considerada uma hipótese, já que nem todos os governos estaduais gastam acima dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – condição para poder recorrer à redução de jornada. Os dados foram estimados com base na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2017 e já descontam Imposto de Renda e contribuição previdenciária. Em valores atuais, a economia pode até ser maior. Pela metodologia do Tesouro, 14 Estados ultrapassaram em 2017 o limite de gasto com pessoal fixado pela LRF, que é de 60% da Receita Corrente Líquida. Os casos mais graves são de Minas Gerais (79,2%), Mato Grosso do Sul (76,8%), Rio Grande do Norte (72,1%), Rio de Janeiro (70,8%) e Rio Grande do Sul (69,1%). Nem todos admitem estourar a regra e muitos maquiagem os valores com aval dos Tribunais de Contas dos Estados. Com o agravamento da crise financeira, alguns governadores não têm mais espaço em seus orçamentos para cortar gastos e defendem a legalidade da redução de jornada e salários. A AGU argumenta que essa seria uma medida menos radical do que outros instrumentos previstos na Constituição em caso de endividamento excessivo, como a demissão de servidores com estabilidade. A secretária-geral de Contencioso da AGU, Izabel Vinchon de Andrade, observa que muitos Estados já parcelam salários diante da pouca flexibilidade para cortar gastos. “Na prática, o servidor já se vê privado da sua remuneração. A redução (de jornada e salários) talvez fosse mais justa, porque o servidor trabalharia e seria remunerado pelas horas que o Estado tem condições de pagar. Isso é o que nós defendemos”, afirma. Izabel pondera que, caso tenha a legalidade afirmada pelo STF, a redução de jornada será um dos últimos instrumentos a que os Estados poderão recorrer em caso de dificuldades. Eles continuarão tendo o compromisso de adotar outras medidas de contenção de gastos antes, como o corte de cargos comissionados.

Estadão

OBRIGAÇÃO Descumprimento da entrega dos dados do faturamento anual no prazo gera multas e perda de direitos MEI deve enviar declaração até sexta-feira

JOYCE DE SOUSA

Os mais de 455 mil microempreendedores individuais baianos devem ficar atentos ao prazo de entrega da Declaração Anual do MEI, que se encerra na próxima sexta-feira em todo o País. O alerta é feito pela superintendência estadual do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-BA).

A declaração é, na prática, um informativo à Receita Federal do faturamento bruto anual do MEI no ano anterior ao exercício, no caso, 2018. O descumprimento implica multa que varia de R\$ 50 até 2% ao mês-calendário ou fração, incidentes sobre o montante dos tributos decorrentes das informações prestadas na declaração.

Para preencher e entregar a prestação de contas, o mi-

croempreendedor individual deve acessar o Portal do Empreendedor pela página www.portaldoeempreendedor.gov.br.

Cancelamento

"É importante que os empreendedores façam a entrega da declaração no prazo estipulado, que é o dia 31 de maio. Caso contrário, ele estará sujeito a multas e também não poderá emitir os boletos referentes à contribuição mensal seguintes, ficando com o CNPJ irregular. Caso já esteja sem entregar declarações referentes a anos anteriores e com acúmulo de boletos atrasados, a depender da quantidade, o MEI corre o risco ainda de ter o seu CNPJ cancelado", explica a gerente da Unidade de Atendimento Individual do Sebrae na Bahia, Fernanda Gretz.

"É fundamental estar em



Documento deve ser enviado mesmo em caso de faturamento zero no ano passado

dia com as obrigações, para manter, não apenas os benefícios previdenciários, mas todos os ganhos que vêm com a formalização da atividade", frisa a técnica do Sebrae baiano. A instituição está disponibilizando um serviço gratuito de orientação por telefone para os MEIs por meio da central de relacionamento, no telefone 0800 570 0800, até a próxima sexta-feira, das 8h às 20h.

"Lembrando que a ligação é gratuita e o preenchimento da declaração é simples, rápido e sem burocracia. Em poucos minutos, ele fica em dia com as informações a serem prestadas à Receita Federal e pode manter sua atividade sem nenhum percalço legal", ressalta Fernanda Gretz.

Registros do Sebrae-BA contabilizam 455.548 MEIs em todo o estado.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 28/05/2019	Coluna: Economia



GUEDES SE DIZ CONFIANTE NA APROVAÇÃO DA PREVIDÊNCIA



28 Maio, 2019

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta terça-feira (28) estar confiante na aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso Nacional. Segundo ele, as manifestações neste domingo (26) mostraram que a população brasileira quer mudanças. “Estamos confiantes de que o Congresso vai aprovar a reforma [da Previdência]. Acho que as manifestações simplesmente confirmam a ideia de que o povo quer mudanças”, declarou ele.

Segundo o G1, as declarações foram dadas após o ministro participar de café da manhã com o presidente Jair Bolsonaro, com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. “Tivemos agora uma excelente reunião no Palácio com as principais lideranças políticas do Brasil. Entendimentos, justamente conversando sobre tudo isso, desafios para frente”, declarou.

Questionado se as manifestações não poderiam acirrar diferenças entre o governo e o Legislativo, Guedes afirmou que não. “Ao contrário, foi um café da manhã excelente, um ambiente ótimo. Não é esse antagonismo. Estão todos buscando melhorar o país. Foi um clima excelente”, concluiu.

FOLHA DE S.PAULO

5 tributos por 1

Proposta engenhosa de reforma do sistema de impostos dá 1º passo na Câmara, por iniciativa dos parlamentares; tramitação, porém, deve ser difícil

Se o Congresso de fato estiver disposto a assumir maior protagonismo na condução da agenda do país, poucas contribuições seriam tão essenciais quanto um redesenho do sistema nacional de impostos. Poucas, também, são tão difíceis.

Nesse sentido, convém celebrar com cautela o avanço do projeto de reforma tributária recém-aprovada, por iniciativa dos parlamentares, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

A votação simbólica, com oposição apenas do PSOL, pode dar a impressão enganosa de que há razoável consenso em torno da proposta de emenda à Constituição.

Entretanto os deputados pretendiam, naquele momento, demonstrar autonomia em relação ao governo Jair Bolsonaro (PSL). O mérito do texto deve ser objeto de renhido debate daqui para a frente.

Não que haja maiores objeções técnicas ou políticas ao intento central da PEC 45, apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) com base na estratégia elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal, com adeptos à esquerda e à direita.

Identifica-se corretamente a anomalia mais gritante do sistema tributário — o excesso de impostos e contribuições incidentes sobre o consumo e sua legislação quase impenetrável, repleta de regras particulares para setores e regiões, que distorcem decisões de negócios e criam enorme custo com burocracia e processos judiciais.

Propõe-se, assim, substituir cinco tributos — os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o municipal ISS — por um único Impos-

to sobre Bens e Serviços (IBS), cuja receita seria repartida entre todos os entes federativos. A União poderia ainda instituir um imposto extra sobre produtos como bebidas alcoólicas e cigarros.

O IBS seria cobrado no local de consumo, à diferença do ICMS, cuja maior arrecadação se dá no local de produção. Com isso, acabam as políticas estaduais de concessão de benefícios fiscais para a atração de investimentos, que corrompem a busca das empresas por eficiência.

A tão desejada simplificação do sistema, porém, enfrenta resistência tenaz dos beneficiados pelo status quo, da Zona Franca de Manaus a órgãos públicos que contam com parcelas carimbadas da receita dos impostos a serem extintos.

Acrescentem-se governadores e prefeitos receosos de perder arrecadação ou a capacidade de conceder incentivos, além de conflitos previsíveis e legítimos em torno da fixação das alíquotas do novo imposto. Obstáculos do gênero fizeram naufragar as reformas tentadas desde os anos 1990.

Sabidamente, a nova PEC estabelece um prazo de dez anos para a implantação passo a passo do IBS e de meio século para o ajuste da repartição federativa dos recursos. Ainda assim, não se podem subestimar os percalços da tramitação.

O texto não dá conta de todas as mazelas tributárias do país; deixa de lado, por exemplo, a injusta distribuição da carga entre ricos e pobres. Mas merece, sem dúvida, o apoio e o engajamento das forças políticas nacionais — a começar pelo Executivo federal.



Dívida pública recua 1% em abril, para R\$ 3,87 trilhões

Segundo o Tesouro Nacional, resultado refletiu, principalmente, o resgate de títulos públicos. Dívida é emitida pelo governo para financiar déficit orçamentário.

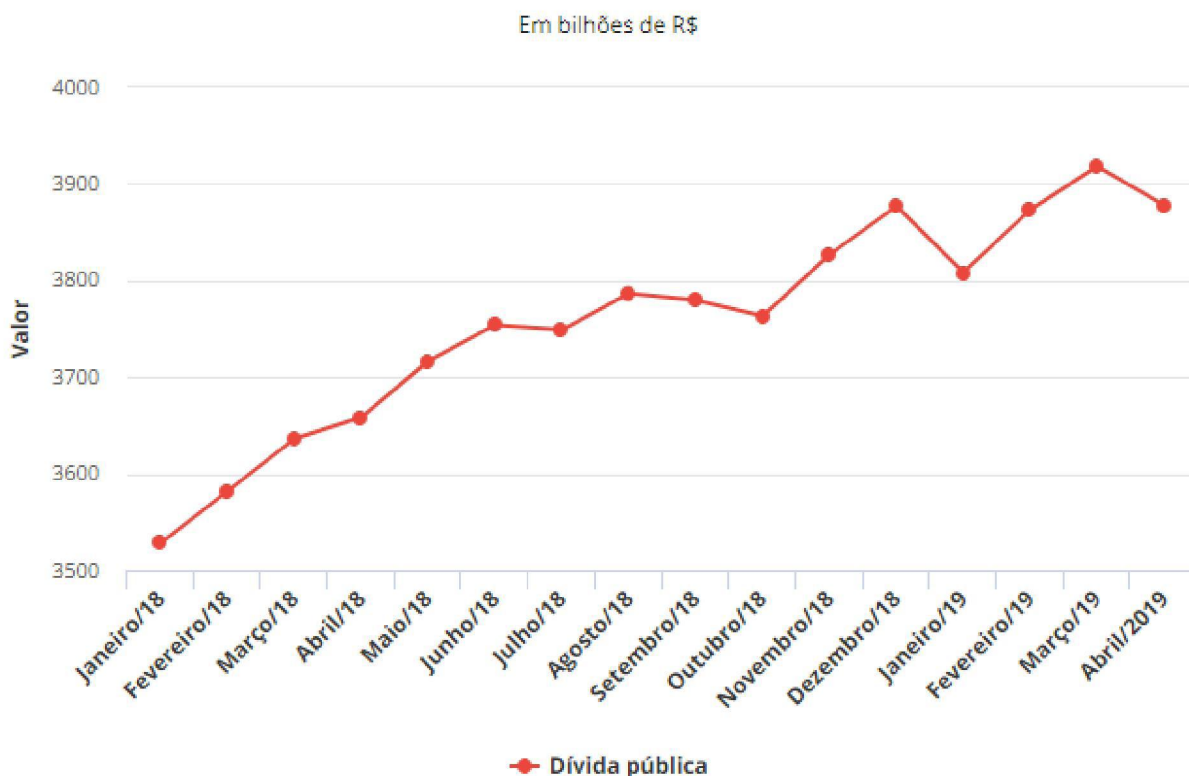
Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

28/05/2019 10h53 Atualizado há 15 minutos

A dívida pública federal em títulos, que inclui os débitos do governo dentro do Brasil e no exterior, registrou **queda de 1% em abril, para R\$ 3,878 trilhões**, informou a Secretaria do Tesouro Nacional nesta terça-feira (28). Em março, a dívida somava R\$ 3,917 trilhões.

O recuo da dívida em abril está relacionado com o resgate líquido (retirada de papéis do mercado, acima do volume de emissões) de R\$ 70,15 bilhões. Em sentido contrário, pressionado o aumento da dívida, mas em menor intensidade, foram contabilizados R\$ 31,18 bilhões em despesas com juros.

Evolução da dívida pública



Fonte: Tesouro Nacional

A dívida pública é a emitida pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal, ou seja, pagar por despesas que ficam acima da arrecadação com impostos e tributos.

Em todo ano passado, a dívida pública teve **aumento de 8,9%**, segundo números oficiais. A expectativa da Secretaria do Tesouro Nacional é de uma nova alta em 2019, **podendo chegar a quase R\$ 4,3 trilhões no fim do ano.**

Dívidas interna e externa

Quando os pagamentos e recebimentos são realizados em real, a dívida é chamada de interna. Quando tais operações ocorrem em moeda estrangeira (dólar, normalmente), é classificada como externa.

- **Dívida interna:** foi registrada queda de 1,09% em abril, para R\$ 3,723 trilhões.
-
- **Dívida externa:** resultado da emissão de bônus soberanos (títulos da dívida) no mercado internacional e de contratos firmados no passado, contabilizou um aumento de 1,03% no em abril, para R\$ 155,29 bilhões.
-

Compradores

Os números do Tesouro Nacional também revelam que a participação dos investidores estrangeiros na dívida pública interna registrou aumento em abril.

No mês passado, os não residentes detinham 12,50% da dívida total, o equivalente a R\$ 465 bilhões, contra 12,24% do total da dívida interna em março (R\$ 460 bilhões).

Com isso, os estrangeiros seguem na quarta colocação de principais detentores da dívida pública interna, atrás de:

1. fundos de investimento (R\$ 972 bilhões, ou 26,12% do total);
2. fundos de previdência (R\$ 951 bilhões ou 25,56% do total);
3. instituições financeiras (21,65% do total, ou R\$ 805 bilhões).

Veículo: O Globo	Online
Data: 28/05/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Câmara quer acelerar projetos que preveem até demissão de servidores para cumprir regra fiscal

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados quer acelerar o andamento de propostas que resolvam, de forma definitiva, um desequilíbrio nas contas públicas que pode deixar trabalhadores sem receber aposentadorias e benefícios assistenciais. As soluções são variadas e passam até mesmo pela demissão de servidores públicos.

Tudo para permitir que a União volte a se enquadrar na chamada regra de ouro - norma pela qual o governo é proibido de se endividar para pagar despesas correntes, como folha de salários. Ele só pode emitir dívida se o dinheiro for destinado a investimentos. Hoje, no entanto, há um desenquadramento que chega a quase R\$ 250 bilhões. A articulação para tratar do tema envolve a equipe econômica e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Duas propostas de emenda à Constituição (PEC) para solucionar a regra de ouro de forma estrutural estão paradas desde o ano passado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e o presidente do colegiado, Felipe Francischini (PSL-PR), está convocando líderes para discutir Na quarta-feira um calendário de tramitação. A mudança, porém, não resolve o problema deste ano.

por isso, o governo também precisa aprovar no Congresso um crédito de R\$ 248,9 bilhões para garantir o pagamento de aposentadorias e outros benefícios, como Bolsa Família, a partir do segundo semestre. Sem a

autorização para bancar esses gastos com empréstimos obtidos por meio da emissão de títulos da dívida, os beneficiários ficarão sem o dinheiro.

O líder do partido do presidente Jair Bolsonaro na Câmara, Delegado Waldir (PSL-GO), quer acelerar a tramitação das emendas que estão na CCJ para que, além do atual governo, os próximos tenham mais mecanismos para resolver problemas fiscais como os que o país enfrenta:

- A PEC permite que, quando o governo chega na situação fiscal em que está, ele possa reduzir jornada de trabalho, demitir. Então, essa PEC é extremamente importante não só para o nosso governo, mas para outros que estiverem em situação semelhante, que possam demitir, reduzir jornada, fazer uma redução mais drástica de gastos.

o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) é o autor das duas propostas. Elas mantêm a regra de ouro, mas com mudanças. Uma das principais é o fim da punição, por crime comum e de responsabilidade, pelo descumprimento da norma, o que hoje torna o presidente da República passível de impeachment.

As PECs substituem essa punição por medidas fiscais a serem adotadas por “estágio” de descumprimento. No primeiro estágio, o governo não poderá criar e expandir despesas obrigatórias ou benefícios e incentivos. O segundo será acionado quando as operações de crédito excederem o volume das despesas com investimentos. Entre as medidas que terão de ser tomadas nessa fase estão a interrupção do pagamento do abono salarial e redução temporária da jornada de trabalho dos servidores com adequação dos vencimentos, além de privatização.

O último estágio será acionado quando a regra de ouro for descumprida por três anos consecutivos. Segundo uma das PECs, o governo poderá demitir servidores estáveis, caso a despesa total com pessoal ultrapasse o valor apurado (e corrigido) em 2016. A primeira emenda, protocolada em junho do ano passado, prevê a demissão de servidores. A segunda, apresentada em agosto, retira essa possibilidade. Pedro Paulo diz ter feito a mudança para ajudar na tramitação do projeto:

Se o governo depois quiser voltar com esse tema, podemos discutir, mas acho que o impacto fiscal imediato pode não ser tão significativo, e você já tem programa de demissão voluntária, redução de jornada e outros mecanismos.

Pareceres favoráveis

Pedro Paulo afirma que o presidente da Câmara o convidou para uma reunião nesta terça-feira com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Técnicos do governo concordam com a discussão da proposta. O texto do deputado é considerado por integrantes da equipe econômica como uma boa base para a negociação sobre as mudanças na regra de ouro.

As duas propostas tramitam de forma conjunta na CCJ. Em dezembro passado, o então deputado Sérgio Zveiter (DEM-RJ) deu parecer favorável a ambas. Ontem, o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), que assumiu a relatoria, subscreveu o parecer anterior. Caso a CCJ aprove, as propostas iriam para uma comissão especial, de mérito.

Tribuna

Mercado rebaixa previsão pela 13ª vez e projeta PIB de 1,23%

Analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Banco Central rebaixam em 0,01 ponto porcentual a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2019. De acordo com o Boletim Focus, divulgado ontem, a economia brasileira deve avançar 1,23% neste ano. Na semana anterior, a previsão era de 1,24%.

Com essa nova revisão, já são treze semanas consecutivas em que o mercado financeiro prevê um crescimento menor da economia neste ano. Em janeiro deste ano, analistas chegaram a projetar o PIB em 2,57%. É o que mostra reportagem da Veja.

O Boletim Focus é uma relatório semanal, divulgado pelo Banco Central, que mostra a expectativa de mais de 100 instituições do mercado financeiro sobre diversos indicadores da economia brasileira, como PIB, inflação, câmbio e Selic (taxa básica de juros).

Na quinta-feira 30, será divulgado o Produto Interno Bruto (PIB) oficial do país no primeiro trimestre de 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o ministro da economia, Paulo

Guedes, o governo já trabalha com PIB em 1,5% neste ano. A expectativa anterior era de avanço de 2,7%. O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, registrou queda de 0,68% no primeiro trimestre do ano, segundo dados informados pelo Banco Central.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. A projeção do mercado para os próximos três anos (2020, 2021 e 2022) é que o número avance 2,50%

INFLAÇÃO

A previsão para inflação se manteve em 4,07%. O indicador segue abaixo da meta de inflação estipulada pelo governo, de 4,25%. O índice está dentro da margem de tolerância prevista pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), entre 2,75% e 5,75%, 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo. O mercado também manteve a previsão para o câmbio este ano. A expectativa é de que o dólar comercial feche o ano cotado a 3,80 reais.

Tribuna

Governo quer mudar regra do teto de gastos

O teto de gastos, regra que impede que as despesas do governo subam acima da inflação, vai mudar para abrir caminho à partilha de recursos do pré-sal com Estados e municípios, disse ao jornal O Estado de S. Paulo e ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues. É o que mostra reportagem do Estadão.

A equipe econômica vai enviar em breve uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para incluir entre as despesas livres do teto a divisão do bônus do megaleilão de petróleo, programado para este ano e que deve render R\$ 106,6 bilhões, e a repartição dos royalties de exploração dessas áreas por meio do Fundo Social do Pré-sal, num programa desenhado para durar 35 anos.

Sem essa mudança, o governo teria de cortar recursos de outras áreas para fazer os repasses sem descumprir a regra do teto, criada no governo de Michel Temer e que serviu de âncora fiscal em tempos de sucessivos déficits nas contas públicas. Essa mesma PEC também vai permitir ao governo pagar R\$ 33,6 bilhões à Petrobras pela revisão do contrato de exploração do pré-sal firmado em 2010 sem que isso consuma espaço dentro do teto.

EXCEÇÕES

O teto de gastos possui hoje apenas quatro exceções: algumas transferências a Estados e municípios, créditos extraordi-

nários (feitos para gastos imprevisíveis), gastos com eleições e aumento de capital de empresas. Agora, será necessário criar outras três excecionalidades para viabilizar o plano de descentralização de recursos empreendido pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

“Eu não tenho espaço no teto suficiente para essas transferências. São três excecionalidades novas. Se não, consome nosso espaço”, explica Waldery.

Ele se mostra otimista com a perspectiva de aprovação da PEC, que requer o apoio de 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação em cada Casa. A garantia ao pagamento à Petrobras também é tida como essencial para o sucesso do megaleilão.

“Há uma convergência de interesses, todo mundo quer. Pode-se discutir o quantitativo (da divisão), mas a direção é de aprovar. As duas Casas querem, os presidentes, as lideranças, é um ponto em comum”, afirma o secretário. O tamanho da divisão dos recursos é justamente o tema das discussões da equipe econômica com governadores e com o Congresso Nacional.

DIVISÃO

A principal repartição de recursos que deve ocorrer ainda em 2019 é a do bônus de assinatura do leilão. Governadores e lideranças no Congresso já falam em uma fatia maior que 30% do bônus para Estados e municípios, mas Waldery alerta que a União ainda tem déficit e não pode abrir mão de muitos recursos no curtíssimo prazo.

28/05/2019 - 05:00

Economista sugere vender reservas para facilitar política fiscal

Por Fabio Graner

O governo deveria avaliar a possibilidade de se desfazer de parte das reservas internacionais do país para conseguir algum espaço para o uso da política fiscal no curto prazo de maneira anticíclica. A avaliação foi feita ao **Valor** pela economista Monica de Bolle, diretora do programa de estudos latino-americanos da Johns Hopkins University e pesquisadora-sênior do Peterson Institute for International Economics.

Segundo Monica, o Brasil hoje tem entre US\$ 100 bilhões e US\$ 140 bilhões de reservas acima do que precisaria para ter segurança contra crises cambiais e poderia usar esses recursos para viabilizar mecanismos de sustentação da economia no curto prazo, após se aprovar a reforma da Previdência.

A ideia é menos heterodoxa do que parece. Ela defende que, dentro de um programa que tenha cuidado para não causar flutuações excessivas na taxa de câmbio, o governo venda essa parcela de excedente de reservas para abater dívida pública, reduzindo seu estoque e o déficit nominal corrente. Esse movimento seria acompanhada de flexibilização no teto de gastos ou introdução de "cláusula de escape" anticíclica que permitiria ao governo fazer uma política fiscal que ajude na retomada econômica no curto prazo.

"O governo deveria começar a pensar em que medida se pode usar esses recursos das reservas de forma prudente para desafogar a situação fiscal de curto prazo. Isso deveria vir junto com a excepcionalização do teto de gastos", disse, avaliando que a ideia do teto de gastos é boa, mas do jeito que está vai "asfixiar" a capacidade de se usar a política fiscal no curto prazo, o que pode ser ajustado por meio de mecanismos de escape.

"Nosso teto é necessário, tem que existir, mas, passada a reforma da Previdência, não seria o caso de ter alguma flexibilidade na política fiscal de curto prazo?", comentou Monica, para quem a Previdência é urgente, mas sozinha não resolve tudo. "O quadro de crescimento baixo não vai mudar só com a reforma da Previdência", salientou. Ela disse ainda que o Brasil vive uma situação de "crise, sem crise", no sentido clássico das crises cambiais, bancárias e fiscal. "A crise fiscal que temos hoje ocorre sem risco iminente de calote. O Brasil não vai quebrar hoje ou amanhã, mas esse crise vai acabar asfixiando o país", disse.

A economista deve apresentar essa ideia na primeira reunião do novo Conselho de Assessoramento Técnico (CAT) da Instituição Fiscal Independente (IFI), a ser realizada hoje à tarde. O CAT, composto por cinco integrantes, é um órgão consultivo que tem a função de colaborar tecnicamente com a IFI, por meio de sugestões e discussões sobre temas em análise por ela.

Outro membro desse conselho, o economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), defenderá que o país discuta a possibilidade de avançar em um sistema tributário adequado à nova era digital e de robótica, no qual também formas de trabalho autônomo e fora da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são mais presentes.



Monica de Bolle: "O Brasil não vai quebrar hoje ou amanhã, mas esse crise vai acabar asfixiando o país"

Segundo ele, as contribuições exigidas pelo Estado precisam ser harmonizadas com novas formas de trabalho com premência, vinculando-se direitos diretamente ao trabalhador, e não mais à carteira de trabalho. "Os benefícios precisam ser desvinculados de contribuições."

"O sistema [tributário] brasileiro é classificado como o pior do mundo, por exemplo, que mais causa danos ao investimento e ao emprego. Logo, ele tem o menor risco do mundo para trocar por um novo", diz. "Entre especialistas, cresce a tese, que eu compartilho, de que as três bases clássicas da tributação do pós-guerra (IVA, IRPJ e contribuição previdenciária) serão seriamente abaladas pelas mudanças radicais na economia e na sociedade que advém da revolução digital."

Para ele, o Brasil não pode ficar ausente do debate internacional de temas como a necessidade de se globalizar a tributação do lucro das empresas e sobre como reformar o IVA para a vida digital. Ele ressalta que a IFI é uma espécie de "cão de guarda" da política fiscal e, por isso, cabe a ela "latir, alertar".

Além de Monica e Afonso, o CAT conta com a participação do ex-presidente do BC e sócio da Tendências Consultoria, Gustavo Loyola, do ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Bernard Appy e do diretor da Escola de Economia da FGV e ex-secretário de Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano.